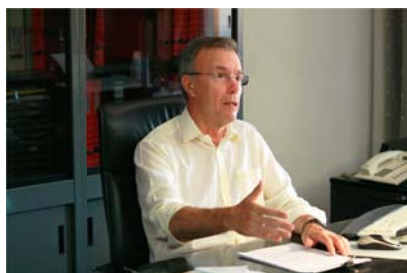


Portugal, <http://cafeportugal.net>, Agosto de 2010

Vítor Cóias - «É uma falácia acreditar que é através da construção que o país se desenvolve»

A sustentabilidade do sector da construção passa pela reabilitação do património já edificado e não pela criação de novos edifícios. Quem o afirma é Vítor Cóias, presidente da GECORPA, uma associação de empresas da área da reabilitação do edificado em geral, e da conservação do património arquitectónico, em particular. A entidade é organizadora do «Encontro Património Natural e Cultural: Construção e Sustentabilidade», que decorre dia 18 de Outubro, em Lisboa. Para Vítor Cóias é uma ideia errada acreditar que o desenvolvimento do País está no «betão e no asfalto».

Café Portugal - Num país onde, muitas vezes, construção não condiz com sustentabilidade, com preservação dos patrimónios natural e cultural, qual a importância do encontro de 18 de Outubro?



Vítor Cóias - Este encontro é sobre o património natural, construído, protegido na sua articulação com a actividade da construção. Esta é uma abordagem de certa maneira inovadora porque não é muito comum a ligação entre a construção, por um lado, e os ecologistas e aqueles que se preocupam com a conservação do património cultural construído, por outro. Esta vai ser a segunda vez que, através da GECORPA, se pretende revitalizar um pouco essa

ligação. O que acontece é que o sector da construção, no sentido lato, é das actividades humanas que tem mais impacto quer sobre o património natural, os ecossistemas e biodiversidade, sobretudo através da ocupação do solo, quer sobre o património cultural imóvel, na medida em que se levam a cabo novas construções demolindo construções antigas, que têm valor enquanto património, e se não demolindo, pelo menos afectando as zonas históricas das cidades antigas.

CP - Qual a fórmula para conservar património natural, reabilitar o cultural e, simultaneamente, contribuir para a sustentabilidade do sector da construção?

V.C. - A construção tal como é encarada actualmente não é sustentável. É evidente que não podemos continuar a construir como temos feito até aqui. Construíram-se anualmente em Portugal, na década de 90 e princípio da década 2000, perto de 120 mil novas habitações, um número que chegou a ser três vezes superior às necessidades anuais do nosso País. O normal para o nosso País seria 40 mil habitações para substituir aquelas que chegaram ao fim de vida. É uma falácia acreditar que é através da construção que o país se desenvolve. O desenvolvimento faz-se através da produção de bens transaccionáveis, ou seja que os portugueses possam trocar o que têm pelo que precisam. Ora, as casas não se prestam a este tipo de transacção. Vi recentemente uma notícia segundo a qual os chineses estão a precisar de construir 300 milhões de habitações. Nós, em Portugal, temos cerca de um milhão de habitações a mais, mas não podemos exportá-las. A construção no caminho que leva actualmente não é sustentável.

CP - De que forma se pode tornar a construção sustentável?

V.C. - Se pretendermos trazer a construção para um modelo que seja sustentável estamos, ao mesmo tempo, a defender o património natural e cultural. A sustentabilidade assenta em três pilares: económico, ambiental e social. Mesmo em termos económicos, a construção não é sustentável. Uma estratégia que encaminhe a



actividade da construção no sentido da sustentabilidade, faz caminhar no mesmo sentido uma estratégia que dê valor à salvaguarda do património natural e cultural. Em lugar de aumentar o stock construído, é usá-lo de uma forma sustentável que passe por estender a sua vida útil. Os edifícios estão pensados para durar uma série de anos, mas podem durar muitos mais se houver um projecto que permita que o edifício seja reparado, que tenha condições para ser facilmente reparado e que permita melhorar o edifício ao longo do tempo. A actividade da reabilitação é uma das maneiras de chegar à sustentabilidade do sector da construção.

CP - «O património cultural e o património natural constituem os principais activos do País». As palavras retiram-se do programa do encontro. Consideram que em Portugal já se percebeu este princípio elementar?

V.C. - Considero que não. Se os cidadãos estivessem alertados em relação ao valor do património cultural construído, bens materiais imóveis, e natural, resistiam mais facilmente a iniciativas que não contribuem para a sua salvaguarda. Ainda recentemente houve protestos na Arrábida, e este é um bom exemplo da má gestão do património natural. As pessoas querem acesso livre à área protegida, pescar sem restrições na sua costa e construir no vale a Norte. O Estado quer impedir, mas permite que seja explorada, mesmo ao lado, uma pedreira para fabrico de cimento e outra para extracção de inertes para a construção. No papel há muito boas intenções, mas na prática não se concretizam, embora tenha havido progressos importantes. O Estado, em particular as autarquias, acabam por ceder facilmente a projectos que pretensamente vão contribuir para economia. As pessoas tendem a associar desenvolvimento e progresso com asfalto e betão e está errado. Asfalto e betão traduz-se em ocupação do solo e isto atinge directamente o ecossistema e a biodiversidade.

CP - Pressupõe-se que o vosso encontro terá em consideração a sustentabilidade dos centros históricos. Como encaram esta realidade nas suas dimensões história, cultura, turismo, entroncando com recuperação?

V.C. - Quando se constrói ou se altera os centros históricos das cidades reduz-se a capacidade de atrair visitantes, porque estes não vão lá para ver as novas construções. A modernização dos centros históricos retira valor a esses espaços. Os centros históricos prestam este serviço, assim como a natureza também presta um serviço. É necessário tomar consciência que os ecossistemas prestam um serviço à sociedade, lembremos, por exemplo, a importância das abelhas e da polinização. A sustentabilidade dos centros históricos passa por caracterizar nos edifícios aquilo que contribui para a sua autenticidade e actuar para que se guarde a salvaguarda dessas características.



CP - Uma questão de ordem prática - Como se reconstrói, nas dimensões edificado, humana, etc., zonas desordenadas como são os subúrbios das grandes cidades?

V.C. - Houve uma evolução negativa na nossa legislação do ordenamento do território. Até aos anos 60, o ordenamento e urbanização era da competência exclusiva do Estado. Entretanto a competência do ordenamento passou para as autarquias até que na década de 1960, o Estado permitiu que a iniciativa privada apresentasse propostas de urbanização. Deste modo, qualquer pessoa com um terreno podia submeter uma proposta de urbanização que era, normalmente, aprovada e acabava por valorizar muitíssimo os terrenos. Isto é uma mina de ouro e presta-se a toda a espécie de tráfico de influências.

CP - Na sessão de apresentação do Encontro apresentaram três exemplos de património em risco. Porquê aqueles em específico?

V.C. - Demos dois exemplos de ex-maravilhas, dois locais que eram interessantíssimos no passado: a praia de Algés onde, no século XIX, as águas eram consideradas óptimas para a saúde e o forte de Santa Apolónia que hoje tem um edifício construído mesmo em cima do próprio forte. E pegamos numa futura ex-maravilha, ou seja uma maravilha agora que será uma ex-maravilha. a Serra da Arrábida. Isto a continuar a desordenação que se vê actualmente.

CP - Que entidades são organizadoras do evento de Outubro próximo? Qual a receptividade demonstrada?

V.C. - Era muito importante que se estabelecesse a ligação entre as duas grandes áreas: actividade da construção e defesa do património natural e cultural, na vertente construída. Foi isso que o GECORPA tentou fazer e por isso contactou a Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza e o ICOMOS Portugal - Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios. Ambas as organizações aderiram muito bem.

CP - Em concreto, que projectos foram já desenvolvidos pela GECORPA?

V.C. - Editamos a revista «Pedra e Cal», organizamos encontros como o que vai ter lugar dia 18 de Outubro e damos pareceres, consultoria. Somos uma associação de empresas vocacionadas para a reabilitação do património edificado e salvaguarda dos mesmos. Recentemente abrimos a possibilidade de qualquer cidadão, com interesse nesta área, poder tornar-se sócio da GECORPA. Queremos prestar informação e divulgar conhecimentos nesta área.